

OFÍCIO CIRCULAR Nº SD-OFO-2026/00210

Rio de Janeiro, 05 de março de 2026.

Aos interessados na Licitação Eletrônica nº 90011/2026

Assunto: ERRATA Nº 01

Ref.: Licitação Eletrônica nº 90011/2026 - Contratação do fornecimento, instalação, comissionamento e homologação de Sistema Sistema de Vigilância Visual, Sistema de Captura e Reprodução do Som Ambiente do Aeródromo e Consoles Operacionais, para Torre de Controle Digital da Dependência da NAV Brasil em Ribeirão Preto (DNRP).

Prezados(as) Senhores(as),

1. Nos termos do subitem 41.13. do Edital da Licitação Eletrônica nº 90011/2026, cujo objeto é a contratação do fornecimento, instalação, comissionamento e homologação de Sistema Sistema de Vigilância Visual, Sistema de Captura e Reprodução do Som Ambiente do Aeródromo e Consoles Operacionais, para Torre de Controle Digital da Dependência da NAV Brasil em Ribeirão Preto (DNRP), quantidades e exigências estabelecidas no instrumento correspondente e seus anexos.

1ª PARTE - ERRATA

No "item 8 - CRITÉRIO DE JULGAMENTO" do Projeto Básico,

Onde se lê:

"A classificação das Propostas, terá como critério de julgamento a melhor combinação de técnica e preço, buscando otimizar a relação custo-benefício, e ainda, a seleção daquele Sistema que melhor atende às necessidades operacionais, garantindo, por consequência, uma melhor prestação dos Serviços de Tráfego Aéreo.

As características técnicas a serem pontuadas devem ser relativas à versão do Sistema componente da proposta, devendo ser utilizado o Formulário de Pontuação para os Critérios Técnicos, disponível no Apêndice XI, observando as instruções ali definidas.

Somente serão avaliadas as Propostas Técnicas habilitadas, sendo que a classificação entre elas seguirá a maior pontuação, cujo cálculo segue descrito no Apêndice XII. Caso a documentação submetida não seja suficiente para a averiguação da pontuação, poderá ser requerido pela comissão de julgamento diligências ou demonstrações."

Classif. documental	018.000
---------------------	---------

Leia-se:

"A classificação das Propostas, terá como critério de julgamento a melhor combinação de técnica e preço, buscando otimizar a relação custo-benefício, e ainda, a seleção daquele Sistema que melhor atende às necessidades operacionais, garantindo, por consequência, uma melhor prestação dos Serviços de Tráfego Aéreo.

As características técnicas a serem pontuadas devem ser relativas à versão do Sistema componente da proposta, devendo ser utilizado o Formulário de Pontuação para os Critérios Técnicos, disponível no Apêndice XI, observando as instruções ali definidas.

Somente serão avaliadas as Propostas Técnicas habilitadas, sendo que a classificação entre elas seguirá a maior pontuação, cujo cálculo segue descrito no Apêndice XII. Caso a documentação submetida não seja suficiente para a averiguação da pontuação, poderá ser requerido pela comissão de julgamento diligências ou demonstrações.

Os licitantes devem respeitar os preços máximos, para os valores unitários e global, estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas."

No "item 17 - CAPACIDADE ECONÔMICA E FINANCEIRA" do Projeto Básico,

Onde se lê:

"A exigência dos requisitos econômicos e financeiros descritos a seguir fundamenta-se na necessidade de assegurar que a futura contratada disponha de condições mínimas e objetivas para executar integralmente as características técnicas e operacionais do objeto licitado, mitigando riscos de paralisação, inadimplemento ou descontinuidade da prestação dos serviços. Tais exigências observam integralmente o disposto na Súmula nº 289 do Tribunal de Contas da União, que determina que a adoção de índices de capacidade financeira deve ser justificada no processo da licitação, basear-se em parâmetros atualizados de mercado e ser compatível com as características do objeto, vedando, ademais, a utilização de indicadores que incluam fórmulas de rentabilidade ou lucratividade. Todos os requisitos estabelecidos são estritamente relacionados à mitigação de riscos financeiros, à garantia de execução satisfatória do contrato e ao interesse público, utilizando parâmetros técnicos, objetivos e atualizados de mercado, em total conformidade com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União."

Leia-se:

"A exigência dos requisitos econômicos e financeiros descritos a seguir fundamenta-se na necessidade de assegurar que a futura contratada disponha de condições mínimas e objetivas para executar integralmente as características técnicas e operacionais do objeto licitado, mitigando riscos de paralisação, inadimplemento ou descontinuidade da prestação dos serviços. Tais exigências observam integralmente o disposto na Súmula nº 289 do Tribunal de Contas da União,

que determina que a adoção de índices de capacidade financeira deve ser justificada no processo da licitação, basear-se em parâmetros atualizados de mercado e ser compatível com as características do objeto, vedando, ademais, a utilização de indicadores que incluam fórmulas de rentabilidade ou lucratividade. Todos os requisitos estabelecidos são estritamente relacionados à mitigação de riscos financeiros, à garantia de execução satisfatória do contrato e ao interesse público, utilizando parâmetros técnicos, objetivos e atualizados de mercado, em total conformidade com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União.

A imposição de valores superiores a 1 em todos os índices tem como finalidade assegurar que a licitante possua condição financeira robusta e sustentável, evitando riscos de inadimplemento, interrupção na prestação do serviço ou prejuízos decorrentes de incapacidade de execução. Índices inferiores a 1 indicariam que a empresa possui volume de obrigações maior do que seus recursos disponíveis, expondo o Contratante ao risco de descumprimento contratual e ferindo os princípios da eficiência, da continuidade do serviço público e da seleção da proposta mais vantajosa, previstos na legislação de regência.

Assim, a exigência de tais indicadores, em patamares superiores à unidade, constitui medida técnica e necessária para preservação do interesse público, mitigação de riscos contratuais e garantia da adequada execução do objeto licitado. A adoção desses parâmetros atende ao comando da Súmula 289 do TCU, justificando-se técnica e adequadamente ao objeto, especialmente diante da alta complexidade técnica, elevado custo para a Administração, execução ao longo de múltiplos exercícios e impacto direto na continuidade da prestação de serviços de navegação aérea em caso de falha contratual. Tais atributos elevam o risco da contratação e demandam maior robustez econômico-financeira da futura contratada, justificando, de maneira proporcional e necessária, a fixação dos índices ILC, ILG e ISG superiores a 1 como patamar mínimo de solvência e liquidez."

No "item 29 - ESTIMATIVA DE PREÇOS E VALORES REFERENCIAIS" do Projeto Básico,

Onde se lê:

"Tendo em vista que o requerido nesse Projeto Básico pode ser solucionado por Sistemas com configurações diversas, em que se busca a melhor combinação entre sistemas e instalação a serem providos pelo fornecedor selecionado, não se mostra razoável definir uma especificação única, culminando na impossibilidade de realização de orçamento de referência, mesmo que somente para a parte de obras, conforme disposto no segundo parágrafo do artigo 31 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

Ao se adotar os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME Nº 65, de 7 de julho de 2021, como boa prática, não foi possível executar o previsto nos incisos I, II e V do artigo 5º, referente à busca no painel de preços, consulta às contratações similares e pesquisa na base nacional de notas fiscais, tendo em vista que no Brasil ocorreu recentemente apenas uma única aquisição deste tipo de objeto, todavia em modalidade diferente, além de ter previsto algumas especificações distintas ao do atual processo.

Dado o alto nível de especialização do Sistema de Vigilância Visual, Sistema de Captura e Reprodução do Som Ambiente do Aeródromo e Consoles Operacionais, para Torre de Controle

Digital da DNB em Ribeirão Preto, não se encontra publicação em mídia especializada capaz de permitir uma avaliação suficientemente precisa para utilização na estimativa de custos do presente processo, o que acaba por eliminar o disposto no terceiro inciso do artigo supracitado.

Dessa forma, restou a pesquisa direta com fornecedores, em que foram consultados quatro fornecedores. Dentre esses, foram recebidos três orçamentos, os quais foram utilizados para a estimativa de preço, sendo a conversão de moedas estrangeiras realizada pelas taxas disponibilizadas no sítio eletrônico do Banco Central do Brasil.

De posse dos dados, optou-se pela média dos valores obtidos, sendo essa uma das possibilidades previstas no artigo 6º da Instrução Normativa supracitada. Cabe fundamentar que essa escolha visa refletir de forma equilibrada os valores praticados pelo mercado, considerando diferentes perfis de fornecedores. Esse critério contribui para a mitigação de distorções causadas por propostas excessivamente altas ou baixas, permitindo uma análise mais justa e técnica da viabilidade econômica das ofertas.

Além disso, a média serve como parâmetro objetivo para identificar possíveis casos de sobrepreço ou inexecutabilidade, fortalecendo a transparência, a competitividade e a conformidade com os princípios da administração pública.

O valor estimado obtido após esse processo será mantido sob sigilo em conformidade ao trigésimo quarto artigo da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, buscando garantir maior competitividade ao processo.”.

Leia-se:

"Tendo em vista que o requerido nesse Projeto Básico pode ser solucionado por Sistemas com configurações diversas, em que se busca a melhor combinação entre sistemas e instalação a serem providos pelo fornecedor selecionado, não se mostra razoável definir uma especificação única, culminando na impossibilidade de realização de orçamento de referência, mesmo que somente para a parte de obras, conforme disposto no segundo parágrafo do artigo 31 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

Ao se adotar os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME Nº 65, de 7 de julho de 2021, como boa prática, não foi possível executar o previsto nos incisos I, II e V do artigo 5º, referente à busca no painel de preços, consulta às contratações similares e pesquisa na base nacional de notas fiscais, tendo em vista que no Brasil ocorreu recentemente apenas uma única aquisição deste tipo de objeto, todavia em modalidade diferente, além de ter previsto algumas especificações distintas ao do atual processo.

Dado o alto nível de especialização do Sistema de Vigilância Visual, Sistema de Captura e Reprodução do Som Ambiente do Aeródromo e Consoles Operacionais, para Torre de Controle Digital da DNB em Ribeirão Preto, não se encontra publicação em mídia especializada capaz de permitir uma avaliação suficientemente precisa para utilização na estimativa de custos do presente processo, o que acaba por eliminar o disposto no terceiro inciso do artigo supracitado.

Dessa forma, restou a pesquisa direta com fornecedores, em que foram consultados quatro fornecedores. Dentre esses, foram recebidos três orçamentos, os quais foram utilizados para a estimativa de preço, sendo a conversão de moedas estrangeiras realizada pelas taxas disponibilizadas no sítio eletrônico do Banco Central do Brasil.

De posse dos dados, optou-se pela média dos valores obtidos, sendo essa uma das possibilidades previstas no artigo 6º da Instrução Normativa supracitada. Cabe fundamentar que essa escolha visa refletir de forma equilibrada os valores praticados pelo mercado, considerando diferentes perfis de fornecedores. Esse critério contribui para a mitigação de distorções causadas por propostas excessivamente altas ou baixas, permitindo uma análise mais justa e técnica da viabilidade econômica das ofertas.

Além disso, a média serve como parâmetro objetivo para identificar possíveis casos de sobrepreço ou inexecutabilidade, fortalecendo a transparência, a competitividade e a conformidade com os princípios da administração pública."

No "item 30 - ORÇAMENTO SIGILOSO" do Projeto Básico,

Onde se lê:

"O custo estimado da contratação (valor de referência) permanecerá sigiloso, com amparo no art. 34, caput, da Lei nº 13.303/2016, corroborado no art. 6º, caput, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da NAV Brasil, instituído pelo Ato Normativo nº SEDE-ANO-2023 /00009, de 12 de maio de 2023, publicado no D.O.U. em 18 de maio de 2023, Edição: 94, Seção 1, Página 12."

Leia-se:

"Item 30 - ORÇAMENTO

O valor global orçado para a contratação é de R\$ 22.352.776,32 (vinte e dois milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, setecentos e setenta e seis reais e trinta e dois centavos).

Considerando a elevada complexidade tecnológica do objeto e a adoção do critério de julgamento de melhor combinação de técnica e preço, a divulgação do valor global orçado tem por finalidade conferir maior previsibilidade e transparência aos licitantes, permitindo a elaboração de propostas técnica e economicamente aderentes às condições da contratação, em consonância com os princípios da legalidade, publicidade, eficiência, isonomia, competitividade e julgamento objetivo."

2ª PARTE - RATIFICAÇÃO

2. Permanecem inalteradas as demais condições expressas no Edital nº 11/CCLI/SEDE /2026, e em seus anexos, inclusive a data de abertura da licitação prevista para o dia **08/06/2026**, às

09:00h. Informações no site www.navbrasil.gov.br/licitacoes ou e-mail licitacoes@navbrasil.gov.br.

Atenciosamente,

MARCO ANTONIO DE CASTILHOS OLIVEIRA COSTA
VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO